

**AS FUNCIONALIDADES DOS CONECTIVOS:
UM ESTUDO ARGUMENTATIVO
PARA INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS**

Charleston de Carvalho Chaves (UERJ)
charlestonchaves@ig.com.br

RESUMO

Não podemos dizer que haja algum discurso isento. Consciente ou inconscientemente estamos dispostos de alguma forma a elaborar discursos com a intenção de convencer o outro (real, hipotético ou virtual) de nosso ponto de vista do mundo. Até um texto “ingenuamente” produzido com o objetivo informativo pode revelar intencionalidades discursivas por parte do seu enunciador, quando escolhe certa maneira de relatar fatos, certos usos de estruturas sintáticas, dados numéricos estrategicamente dispostos que, mesmo que inconscientemente, revelam posicionamentos do autor e que dá uma feição ao que é dito diferentemente do que se outra pessoa o fizesse. Tal fato não pode ser desconsiderado e, por isso, Ducrot, em vários de seus textos, aborda a ideia de que argumentar seria a essência dos discursos produzidos. A discussão sobre orientadores argumentativos demonstra que certos elementos gramaticais, notadamente os conectivos (conjunções/locuções conjuntivas, preposições/locuções prepositivas, advérbios/locuções adverbiais), não só pela presença, mas também pela posição nas frases que fazem parte da constituição de um texto, representam, argumentativamente, estratégias que visam a convencer o possível leitor a partir de intencionalidades de base pragmático-discursivas. Por isso, este trabalho tem por objetivo demonstrar como os conectivos revelam estratégias discursivas de convencimento em textos argumentativos, possibilitando assim orientar o leitor na interpretação de textos.

Palavras-chave: Conectivo. Argumentação. Interpretação de textos. Discurso.

1. Compreender e interpretar: princípios básicos na análise de textos

Compreensão e interpretação de textos são faces diferentes da mesma moeda que é o texto. Analisar um texto pode ser feito por dois prismas básicos: um que leva o leitor a decodificar os recursos textuais que estão na superfície do texto como, por exemplo, os mecanismos de coesão – anáforas, catáforas; o outro, a partir desses e outros fenômenos, leva o leitor a perceber as intenções discursivas por detrás da escolha de um vocábulo e não outro, da inversão sintática que faz evidenciar inicialmente o efeito e só depois a causa de um fato ou de qualquer outro aspecto que promova uma visão mais significativa do que o que está escrito na superficialidade do texto, sobretudo em relação às inferências. Ao primeiro denominamos *compreensão* textual e ao segundo *interpretação*, fatores esses que não são excludentes, ao contrário, complementam-se

para que um texto possa ser analisado mais amplamente.

Assim, para que um texto seja interpretado é necessário que haja de parte do leitor um esforço muito maior do que uma mera análise da superficialidade textual. Por isso, as inferências são importantes para se chegar a um aprofundamento na análise qualitativa de um texto. Entendemos que toda inferência precisa, é claro, de um apoio textual, algo que sirva de parâmetro para a análise, senão o analista não estaria no âmbito da interpretação de *textos*. Isso quer dizer que não deveríamos interpretação certos aspectos sem que o texto nos desse subsídios para se chegar a certas conclusões. Sabemos que um texto precisa ser interpretado por intermédio do reconhecimento das intenções pragmáticas (por conta do nosso conhecimento de mundo), mas isso não significa dizer que poderíamos chegar a certas conclusões à revelia sem que o texto, com seu material discursivo, possa encaminhar essas abordagens. Sabemos que a interpretação do texto não é apenas do texto em si, mas dele como processo social, entretanto se o *material discursivo* não nos der pistas para certas análises, não estaríamos fazendo *interpretação de textos*.

Defendemos, então, que as inferências fazem parte da interpretação, contanto que haja aspectos textuais que nos propiciem analisar de uma forma e não de outra, porque os elementos processuais que compõem um texto (o resultado do processo discursivo) encaminham para certa análise com maior sustentabilidade científica e não baseada apenas em suposições sem garantias textuais. Há para o analista também a possibilidade interpretativa baseada em pressupostos, resultado da textualidade, mas também porque o texto forneceu caminhos para isso, até porque só podemos pensar em inferência a partir de outro elemento. Só é possível inferir “y” de um “x”, então sem “x”, não podemos imaginar “y”. Só podemos em inferir aspectos contextuais, a partir do cotexto (conjunto de elementos discursivos que compõem um texto). Koch (2008a, p. 138), em *As Tramas do Texto*, chama a atenção para esse fator:

O contexto verbal (cotexto) tem papel decisivo na elaboração de inferências. As partes de um texto estão intimamente relacionadas: os enunciados anteriores estabelecem o contexto dos subsequentes. Propriedades linguísticas do texto como referência pronominal, acarretamentos lexicais, marcadores de tópico, conectores etc. influenciam a compreensão do texto. Uma sequência desordenada de enunciados causa dificuldades na compreensão e recordação do texto. O título ou tema da conversação desempenham importante papel sobre a produção de inferências.

Dessas propriedades linguísticas interessam-nos sobretudo os conectivos, porque funcionam como ferramentas para compreender o que

se diz na superfície do texto, mas principalmente como indicadores de defesa argumentativa, porque orientam os leitores e acabam por funcionar como elementos gramaticais que possibilitam maior clareza em relação à crítica pretendida pelo autor de um texto.

Se em um texto, imaginamos que um argumento sugere uma crítica à conduta moral é porque tal argumento possui, por exemplo, um recurso linguístico, como o uso de ironia, que questiona/coloca em evidência a discussão sobre essa moralidade.

Observemos o do editorial de *Veja* “Uma tragédia invisível” (22 de junho de 2011) em que tal uso linguístico se evidencia:

Uma tragédia invisível

Uma reportagem cortante desta edição de *Veja* feita pelo repórter Ricardo Westin, que entrevistou dezenas de viciados, seus familiares, policiais e psiquiatras, mostra a amplitude de uma tragédia urbana que as autoridades fingem não existir: a epidemia do crack, uma mortal derivação da cocaína. Não dá para entender que se travem os mais doutos debates em Brasília sobre a descriminalização das drogas, com a liberação na semana passada das marchas dos defensores do uso da maconha – como se o Brasil fosse algum plácido enclave escandinavo nos trópicos – quando, nas cidades mais populosas fantasmagóricas multidões de viciados em crack vagam pelas ruas cometendo toda sorte de crime e desmentindo as constatações, tão válidas em outros campos, de que atingimos um novo patamar civilizatório. Não atingimos e não atingiremos enquanto não encarmos, como nação, a chaga desse pavoroso vício.

Outras drogas pesadas, a cocaína em pó e a heroína, também são fonte de terríveis dramas pessoais, sociais e familiares. Mas nada se compara à cocaína em pedra fumada em cachimbos artesanais nas praças e ruas da quase totalidade dos municípios brasileiros por mais de 1 milhão de usuários, segundo levantamento da Fundação Oswaldo Cruz. Por seu poder de destruição e por ter como público-alvo os jovens de 15 a 25 anos, essa modalidade de ruína química merece análise detalhada e demanda a ação urgente do poder público. O crack vicia para sempre na primeira vez que seus componentes químicos inundam o cérebro do usuário. A pessoa passa a roubar e matar, se preciso, para satisfazer as demandas psíquicas e físicas impostas pela abstinência. Famílias inteiras são tragadas pelas assustadoras crises dos viciados, cuja fúria desfaz os laços domésticos mais estáveis, renega as normas básicas da convivência social e anula mesmo a educação mais primorosa.

Enquanto isso, as autoridades em Brasília sentem-se modernas e libertárias ao atender a anseios dos organizadores das “marchas da maconha”. Tudo a favor da liberdade de expressão, mas sem esquecer que as drogas leves são a porta de entrada para o crack e sua trágica rota sem volta.

(*Veja*, 22 de junho de 2011)

O segmento inicialmente analisado é:

Não dá para entender que se travem os mais doutos debates em Brasília sobre a descriminalização das drogas, com a liberação na semana passada das marchas dos defensores do uso da maconha – como se o Brasil fosse algum plácido enclave escandinavo nos trópicos –, quando, nas cidades mais populosas, fantasmagóricas multidões de viciados em crack vagam pelas ruas...

Nesse editorial de *Veja* podemos notar justamente isso, que a ironia contida no segmento “como se o Brasil fosse algum plácido enclave escandinavo nos trópicos” nos faz supor que a conduta dos políticos é questionável e que revelaria (por extensão interpretativa) um descaso em relação ao crescente uso do crack no Brasil (tema desse editorial). Só é possível inferir a crítica à postura do governo brasileiro instaurada na ironia, por conta das exemplificações – discussão sobre liberação das drogas por parte dos políticos em Brasília em meio aos sérios problemas nas grandes cidades com o uso do crack. Do ponto de vista do uso do conectivo, esse aspecto irônico é construído por conta do valor hipotético alcançado pela conjunção condicional, já que assim é uma demonstração que o Brasil não é um país que possui uma realidade social diferente.

É bem verdade que não é a única passagem irônica contundente na linha argumentativa. No final do texto isso também se evidencia:

Enquanto isso, as autoridades em Brasília sentem-se modernas e libertárias ao atender a anseios dos organizadores das “marchas da maconha”. Tudo a favor da liberdade de expressão, mas sem esquecer que as drogas leves são a porta de entrada para o crack e sua trágica rota sem volta.

O uso dos adjetivos “modernas e libertárias” que estão adicionados com o uso da conjunção aditiva revela uma grande ironia ao afirmar que nossas autoridades “sentem-se” com essas características; mas os comentários textuais do autor, na verdade, mostram uma crítica por associarem esses adjetivos à conduta dos governantes brasileiros. A crítica se estende à frase posterior, pois mostra que, em nome da liberdade de expressão para a liberação das “marchas da maconha”, não pode haver uma negligência governamental com um caso tão grave de cunho social que é o consumo de crack, ainda mais quando se defende no texto que as drogas leves são a porta de entrada para drogas mais pesadas. Essa crítica é justamente alcançada com mais eficiência com o uso do contrastivo *mas*.

Ainda pensando que é necessário que o leitor faça as inferências dos textos corretamente, conhecer a *intencionalidade* e o *contexto* (aqui neste trabalho tomado como um conjunto de aspectos sociais que permeiam um texto) é também uma maneira de garantir uma compreensão melhor, por isso Koch (2008a, p. 137), em *As tramas do Texto*, atenta para tal fato:

Outra questão – visto que se vem concebendo a compreensão de linguagem como uma atividade de solução de problemas – é que podem ocorrer problemas de compreensão se o ouvinte/leitor não estabelecer as inferências desejadas pelo falante/escritor, ou, ao contrário, se o leitor/ouvinte fizer inferências não intencionadas pelo falante/escritor. (...) A questão do mal entendido está, em grande parte, ligada ao estabelecimento de inferências “não desejadas”. Além disso, cabe mais uma vez ressaltar a importância do contexto para a construção do sentido. Contudo, não há, até hoje, consenso quanto ao uso do termo “contexto”. Podem distinguir diversos tipos de contexto, como o cultural, o situacional, a modalidade, o verbal e o pessoal.

No que se refere ao *contexto*, como uma atividade em se percebem fatores externos ao texto que auxiliam a compreensão/interpretação a partir de inferências possíveis por conta dos elementos discursivos que o compõem, o editorial em foco só se torna mais claro quando o leitor conhece o que representa socialmente a expressão “plácido enclave escandinavo” a fim de instaurar a crítica social à postura brasileira, como se o Brasil tivesse a maturidade de outros países para discutir certos assuntos e que os problemas com drogas não ocorressem da forma como ocorrem aqui no Brasil. Isso notoriamente requer mais do leitor para a construção do sentido do texto.

Torna-se, então, importante, em um trabalho como este, que discuta as teorias do texto e suas receptividades, falar melhor sobre *cotexto* e *contexto*. Se pensarmos que o primeiro está atrelado aos elementos que compõem propriamente ao texto e o segundo a elementos extratextuais que colaboram para compor a ideia de um texto, estaríamos apenas percebendo superficialmente as diferenças.

Sobre *contexto*, tal aspecto teórico é assim defendido por Willian F. Hanks (2008, p. 174):

Contexto é um conceito teórico, estritamente baseado em relações. Não há contexto que não seja “contexto de” ou “contexto para”. Como este contexto é tratado depende de como são construídos outros elementos fundamentais, incluindo língua(gem), discurso, produção e recepção de enunciados, práticas sociais, dentre outros.

Desse modo, contexto é primordialmente o conjunto de relação do texto com os elementos que os constituem e para os quais aponta: sobretudo as relações sociais, inferências, entre outros aspectos; podemos dizer que é imprescindível pensarmos nessas relações entre o que está no texto e o que aponta para o que não está lá.

A visão da Justiça

Quando prosperam rumores de que a CPI mista do Congresso instalada

para apurar os elos de um contraventor com corruptos no governo sofre pressões subalternas e radicais para ser transformada em tribunal político da imprensa, surge como um saudável sinal de vitalidade institucional do Brasil a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STF) favorável aos jornalistas de *Veja* em uma série de reportagens que incomodaram os poderosos. O PT alegou que a revista *Veja* persegue o partido com a publicação de reportagens ofensivas à sua imagem e à dos seus militantes, dando como evidências oito reportagens de capa, todas de 2005.

Eram causas a respeito das quais *Veja* já havia obtido decisões favoráveis em primeira e segunda instâncias, mas, contestadas pelo Partidos dos Trabalhadores, subiram ao STJ, que, por sua vez, rejeitou todos os recursos interpostos. Em seu voto favorável a *Veja*, o ministro relator Massami Uyeda citou a conclusão da Justiça paulista sobre o caso: "Todas as matérias, sem exceção, tiveram lastro em fatos objetivos e declarados(...) não foram meras conjecturas, desprovidas de fundamento, mas ao contrário, calcadas em fatos concretos".

Em outro trecho, o ministro Uyeda registra o valor da investigação jornalística, a despeito de suas naturais limitações: "Não se pode exigir que a mídia só divulgue fatos após ter certeza plena de sua veracidade. Isso se dá, em primeiro lugar, porque os meios de comunicação não detêm de poderes estatais para empreender tal cognição. Impor tal exigência à imprensa significaria engessá-la e condená-la à morte. O processo de divulgação de informações satisfaz o verdadeiro interesse público, devendo ser célere e eficaz, razão pela qual não se coaduna com rigorismos próprios do procedimento judicial".

O voto do ministro Massami Uyeda, ecoando decisões anteriores do STJ, redundava em uma poderosa doutrina de defesa da liberdade de expressão e de seu papel fundamental nas democracias – ser os olhos e os ouvidos da nação na constante vigilância do governo e seus agentes em todos os níveis.

(*Veja*, 02 de maio de 2012)

Neste texto “A visão da Justiça” de *Veja*, nota-se logo de início uma orientação discursiva que leva o leitor a informações que estão fora do texto referentes aos “rumores” em referência à suposta postura da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito); quem faz essa orientação para uma abordagem que não está propriamente no texto é o operador *quando*. Esse conectivo não está ali apenas como um marcador temporal, mas direciona, na verdade, uma relação de causa e efeito. Ou seja, esse marcador demonstra que, naquele momento contextual, instaurado pela escolha da referida conjunção, surgiu um alento para a imprensa, sobretudo para os jornalistas de *Veja* (tema central do texto), por conta das pressões que a imprensa vinha sofrendo de certos poderosos políticos que julgavam que a revista estava atacando o governo sem provas, mas a justiça considerou os fatos objetivos. Como o objetivo deste *editorial* é defender a liberdade de imprensa (principalmente a liberdade dos jornalistas de *Veja* ao falar de representantes políticos), muitas afirmações fazem menção a todo um

contexto cujo conhecimento por parte do leitor revela-se essencial para compreender o texto.

Ainda com essa perspectiva de análise, no segundo parágrafo, outros marcadores apontam para a interpretação do texto: “Eram causas a respeito das quais *Veja* já havia obtido decisões favoráveis em primeira e segunda instâncias, mas, contestadas pelo Partido dos Trabalhadores, subiram ao STJ, que, por sua vez, rejeitou todos os interpostos”.

Nesse segmento, o operador argumentativo *já* novamente aponta para algo que está marcado no tempo, assim como a conjunção *quando* na análise anterior. Se marca para algo no tempo, mas o texto não explicita em que momento específico, mais uma vez requer do leitor um conhecimento supratextual.

Com a presença desses marcadores, há garantias de pistas gramaticais que servem mesmo de orientadores discursivos e mesmo que não apontem para algo no texto, porque a informação não está lá, ao menos indicam que algo que deve ser percebido para a interpretação do texto.

A perspectiva aqui adotada é de reconhecer o *texto* e logo a *atividade de leitura* como interacional. É na interação *autor-texto-leitor* que a compreensão/interpretação se constituem, uma vez que tanto autor como leitor, em interação, constroem em conjunto para dar sentido ao texto. O autor produz seu texto com certas intencionalidades, mas o leitor só perceberá, se dispuser de conhecimentos linguísticos e enciclopédicos suficientes para reconhecer essas intenções. Mesmo a leitura sendo uma atividade interativa e diferente, dependendo dos atuantes do processo interpretativo, não significa que não haja análises equivocadas em um texto. É possível reconhecer uma perspectiva A, B ou C, entretanto o texto deve ser sempre a base da análise a ser proferida. Não podemos como leitor ser atuantes ao ponto de analisarmos algo que o texto não diz ou não induz com alguma materialidade discursiva.

É justamente neste ponto que reside a primordial diferença entre compreender e interpretar textos. Enquanto a compreensão diz o suficiente para que o leitor decodifique o que está na superficialidade do texto, a interpretação, por outro lado, requer do leitor um processo interativo maior e mais significativo. Que ele coloque algo de si na leitura e possa aprofundar suas análises, sem, é claro, perder o foco primordial desta sua proposta: o próprio texto.

2. Não há neutralidade no discurso

Não podemos dizer que haja algum discurso isento. Consciente ou inconscientemente estamos dispostos de alguma forma a elaborar discursos com a intenção de convencer o outro (real, hipotético ou virtual) de nosso ponto de vista do mundo.

Até um texto “ingenuamente” produzido com o objetivo informativo pode revelar intencionalidades discursivas por parte do seu enunciatador quando escolhe certa maneira de relatar fatos, certos usos de estruturas sintáticas, dados numéricos estrategicamente dispostos que, mesmo que inconscientemente, revelam posicionamentos do autor e que dá uma feição ao que é dito diferentemente do que se outra pessoa o fizesse. Tal fato não pode ser desconsiderado e, por isso, Ducrot, em vários de seus textos, aborda a ideia de que *argumentar seria a essência dos discursos produzidos*.

Às vezes, deparamo-nos com certos veículos informativos que tentam valer-se de efeitos publicitários para dizer que o jornal *x* ou a revista *y* são bons e que possuem credibilidade porque reproduzem seus textos com isenção, atendo-se somente aos fatos. (CITELLI, 1989, p. 5)

Uma grande falácia por vários motivos, ainda mais que, como todo jornal e toda revista, há seções claramente opinativas. Uma dessas seções mais importantes é o editorial, que revela justamente a postura ideológica do veículo jornalístico.

Como argumentar é a base a ser abordada neste trabalho, torna-se essencial discutirmos mais efetivamente como isso se constitui nos textos. Perelman (1987, p. 234), por exemplo, afirma que:

Argumentar é fornecer argumentos, ou seja, razões a favor ou contra uma determinada tese. Uma teoria da argumentação, na sua concepção moderna, vem assim retomar e ao mesmo tempo renovar a retórica dos Gregos e dos Romanos, concebida como a arte do bem falar, ou seja, a arte de falar de modo a persuadir e a convencer, e retoma a dialética e a tópica, artes do diálogo e da controvérsia.

Argumentar, preocupação em utilizar estratégias para persuadir possui tradição clássica que é a *retórica*. Fazer uso de aspectos linguísticos com intencionalidade e não apenas informar. Para Citelli (1989, p. 8) “...cabe à retórica mostrar o modo de construir as palavras visando a convencer o receptor acerca de dada verdade.” Embora as normas de boa argumentação tenham sido menos valorizadas, sobretudo no século XIX, hoje os estudos linguísticos tem revitalizado tal estudo da tradição grega

e reconhecido sua importância.

Para persuadir, o enunciador (orador) precisa levar em consideração a quem se destina seu discurso, a quem se destinam suas palavras e se elas são capazes de instaurar uma intencionalidade adequada a fim de conduzir o interlocutor (ouvinte/leitor).

Perelman (1987, p. 237) afirma que:

O orador deve ter do seu auditório uma ideia tanto quanto possível próxima da realidade, uma vez que um erro sobre este ponto pode ser fatal para o efeito que ele quer produzir; é uma função do auditório que toda a argumentação se deve organizar, se esta quiser ser eficaz.

Da mesma forma que o editorialista que escreva para uma revista como *Veja* deve saber quem é o seu repertório de leitores e, por isso, ele se valerá de artifícios para instaurar o convencimento, valendo-se do conhecimento de mundo do universo de seus possíveis leitores (ou supondo esses conhecimentos). Argumentar, então, também é observar para quem se destina o texto a fim de melhorar a sua eficácia.

Dentre as estratégias linguísticas utilizadas em textos argumentativos, Azeredo (2011, p. 88) comenta, de forma bem objetiva, a função textual da *argumentatividade* e lista possíveis conectivos como identidades discursivas dessa tipologia:

A argumentação consiste no encadeamento de proposições com vista à defesa de opinião e no convencimento do interlocutor.

São características deste tipo sequencial os conectivos condicionais (se, caso) concessivos ou contrastivos (embora, mas, mesmo que, por outro lado), conclusivos (portanto, por isso) etc.

Não podemos nos esquecer de que os conectivos associados a outros aspectos linguísticos como uso de certos tempos verbais, organizações sintáticas que demonstrem hierarquia argumentativa e outros fenômenos podem, então, revelar intencionalidade.

Embora estejamos trabalhando com uma determinada revista e uma determinada seção, não pretendemos aqui querer provar que este veículo de informação é manipulador, até porque acreditamos que todo texto, em sua *argumentatividade* é, em essência, aquele que induz o leitor/receptor de alguma forma.

Philippe Breton (1999, p. 10) não enxerga estes dois fenômenos – *argumentação* e *manipulação* – da mesma forma:

Trabalhando há vários anos nesse tema, que a meu ver deveria ser um dos

polos essenciais de um interesse bem direcionado pela comunicação, encontrei no público, com muita frequência, uma questão lancinante: argumentar não é exercer uma forma de poder sobre o interlocutor, não é uma maneira distorcida de influenciá-lo, em suma, de manipulá-lo? Não tardou a impor-se a necessidade de refletir sobre a fronteira entre o que seria a *argumentação*, isto é, o respeito pelo outro, e a *manipulação*, que seria a privação da liberdade do público para obrigá-lo, por meio de uma restrição específica, a partilhar uma opinião ou a adotar determinado comportamento.

Essa fronteira entre o respeito e a violência existe. Ela se inscreve potencialmente tanto na linguagem como nos comportamentos de que somos capazes em sociedade. (...)

Induzir com solidez argumentativa sim, mas manipulador não. Por esse motivo as análises neste trabalho estão sendo pautadas em demonstrar como os mecanismos argumentativos e persuasivos são enredados nos editoriais, pois observamos que por serem baseados em fatos sustentáveis, até suas suposições são passíveis de análise, porque suas premissas são verdadeiras.

Dessa forma, nossa intenção não é abonar ou condenar a postura da revista em análise, muito pelo contrário, nosso objetivo é descrever as estratégias utilizadas com efeito persuasivo. Acreditamos, inclusive, que os efeitos de manipulação em qualquer texto (quando existem) só são efetivos, porque o próprio leitor deixa ser induzido a este ponto e não dispõe de outros veículos de informação (ou mesmo não deseja consultar outros) para avaliar os comentários proferidos.

Aparadas as arestas, a fim de reforçar nosso objetivo descritivo neste trabalho, vamos observar alguns desses aspectos discursivos em funcionalidade para demonstrar que, como sabemos, não há neutralidade nos discursos. Dentre as técnicas de argumentação possíveis, podemos destacar a *presença de conectivos*. Como um dos propósitos deste trabalho é reconhecer como os textos podem ser mais compreensíveis / interpretáveis por intermédio do reconhecimento de estratégias discursivas, exploraremos esses aspectos em textos e analisaremos os recursos.

Com o interesse de mostrar como o uso dos conectivos constitui uma contundência argumentativa, no editorial de *Veja* “Uma linha divisória” isso fica bem evidente. A ideia central defendida no editorial é que há uma linha divisória que separa o bom senso do execrável na televisão brasileira e, embora o brasileiro tolere ou até goste de assistir a certas cenas consideradas polêmicas, há um limite que ainda não pode ser ultrapassado. A crítica recai sobre uma cena de sexo explícito no programa Big Brother Brasil e que, por isso, foi considerada abusiva pelos teles-

pectadores brasileiros, resultando em considerável reação da opinião pública.

Uma linha divisória

Uma reportagem desta edição de VEJA, coordenada pela editora executiva Isabela Boscov, relata a forte reação contrária desencadeada pela exibição de uma cena de sexo em tempo real no programa BBB, da Rede Globo, em que um participante parece se aproveitar da inconsciência alcoólica de uma colega para estuprá-la. Mais tarde, a suposta vítima disse à polícia que estava consciente e que a relação fora consensual. O caso deveria ter morrido aí, por duas razões. A primeira é o fato de ele não se diferenciar muito de outras cenas que há tempos deixam a temperatura tórrida no campo dos costumes na televisão brasileira, seja em novelas, em programas humorísticos e até nos vespertinos dominicais. A segunda é mais abrangente e diz respeito à noção amplamente aceita de que vivemos hoje em um mundo onde a privacidade morreu, vítima da desinibida troca de informações pessoais e de imagens íntimas via redes sociais da Internet, que já conectam mais de 1 bilhão de pessoas em todo o planeta. Mesmo assim, o episódio do BBB chocou a audiência.

A reportagem de *Veja* conta o que realmente se passou debaixo dos edredons na casa onde os *brothers* e *sisters* do BBB estão confinados e analisa as escolhas ousadas que vem sendo feitas pela televisão no Brasil e no mundo em um momento da acirrada concorrência pela atenção da audiência, o que funciona como um incentivo ao vale-tudo. Fica claro que o grande fator de inibição das baixarias não são as agências oficiais, mas a própria opinião pública, que, mesmo bombardeada diariamente por estímulos cada vez mais chocantes, insiste em permanecer, na média, mais conservadora do que os autores de novelas e programas. Ela sabe quando a linha divisória entre o aceitável e o abjeto é cruzada e reage negativamente.

No caso do BBB, na semana passada essa linha divisória foi atravessada. Diz Isabela: “O beijo mais casto já foi considerado imoral no cinema nos anos 30 e hoje a nudez parcial e as cenas que evocam o ato sexual são comuns nas telas. Mas essa mudança não significa que é uma questão de tempo para que todos os limites sejam ultrapassados e o sexo explícito passe a ser visto com naturalidade”.

(*Veja*, 25 de janeiro de 2012)

O texto vem construindo uma argumentação baseada em expectativas da reação do telespectador. Apresenta inicialmente o fato polêmico se houve estupro (porque a mulher estava alcoolizada) ou a relação fora consensual (argumento defendido pela suposta vítima). Assim, o editorialista afirma que o problema deveria ter acabado aí, mas o telespectador ficou surpreendido porque o ato sexual em si que foi passado ao vivo na televisão.

Argumentativamente o editorial cita que o público não deveria ter se chocado, porque essa cena é comum na televisão brasileira (1ª justifi-

cativa) e também porque a privacidade não existiria mais, já que as pessoas estão acostumadas à exposição de sua vida íntima (2ª justificativa):

A primeira é o fato de ele não se diferenciar muito de outras cenas que há tempos deixam a temperatura tórrida no campo dos costumes na televisão brasileira, seja em novelas, em programas humorísticos e até nos vespertinos dominicais. A segunda é mais abrangente e diz respeito à noção amplamente aceita de que vivemos hoje em um mundo onde a privacidade morreu, vítima da desinibida troca de informações pessoais e de imagens íntimas via redes sociais da Internet...

Apesar dessas justificativas, o que chama a atenção no editorial é que o argumento se sustenta na oposição, na quebra de expectativas. Inicialmente com um uso da expressão conectora *Mesmo assim* no segmento “Mesmo assim, o episódio do BBB chocou a audiência.”, nota-se que o valor concessivo contrapõe a lógica dos exemplos apresentados antes e reforça a tese do editorial: que existe “uma linha divisória” entre o aceitável e o não aceitável na televisão.

No outro parágrafo do texto, o autor continua exemplificando as *baixarias* inerentes ao programa *Big Brother Brasil* como metonímia do que ocorre na televisão. Por isso, qualifica ironicamente os integrantes da casa em que se encontram como *brothers* e *sisters*. Além disso, fala da concorrência televisiva que para chamar a audiência e se vale de programas com essa baixa qualidade.

Agora, gramaticalmente o que torna mais relevante a crítica é o contraste no uso da conjunção *mas*:

Fica claro que o grande fator de inibição das baixarias não são as agências oficiais, mas a própria opinião pública, que, mesmo bombardeada diariamente por estímulos cada vez mais chocantes, insiste em permanecer, na média, mais conservadora do que os autores de novelas e programas.

Fica evidente que a conjunção adversativa instaura uma quebra de expectativas. O autor esperava que o episódio fosse alvo de críticas ou até de possível desejo de restrição por parte de órgãos oficiais, entretanto elas da própria opinião pública (aspecto marcado no texto pelo uso da conjunção adversativa). Outro fator que dimensiona a crítica é a comparação da postura conservadora dos expectadores (visão positiva no texto) com a libertina dos autores de novelas e programas (visão criticada no texto). Assim, a argumentação orienta a proposta defendida no segmento: “Ela [a opinião pública] sabe quando a linha divisória entre o aceitável e o abjeto é cruzada e reage negativamente.”

3. Considerações finais

Portanto, análises como essas e outras demonstram como é possível reconhecer a força argumentativa dos conectores atrelados a outras ferramentas textuais. Fatores como esses contribuirão para uma análise mais contundente dos textos, ao possibilitar que o leitor perceba, na materialização discursiva, pistas/marcas gramaticais que orientam a sua leitura. Isso também contribuiu para que, associado a fatores de implicação pragmática, seja possível ampliar análises textuais em abordagem interpretativa. Embora possamos ler um texto argumentativo de forma mais superficial, por seu caráter persuasivo, com o principal objetivo é convencer, é imprescindível que ampliemos nossa leitura para que consigamos ver fatores significativos na condução argumentativa, por esse motivo os conectores constituem-se como ferramentas necessárias para os autores demonstrarem suas intencionalidades argumentativas. Cabe ao leitor percebê-las para ampliar sua análise textual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Jean-Michel. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez, 2008.

_____; HEIDMANN, Ute; MAINGUENEAU, Dominique. *Análises textuais e discursivas: metodologia e aplicação*. São Paulo: Cortez, 2010.

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2011.

_____. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BARROS, Clara; FONSECA, Joaquim (Org.). *A organização e o funcionamento dos discursos – estudos sobre o português, tomo I*. Porto: Porto Editora, 1988.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BENTES, Anna Christina, LEITE, Marli Quadros (Orgs.). *Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. *Referenciação: sobre coisas ditas e não ditas*. Fortaleza: UFC, 2011.

CHAVES, Charleston de Carvalho. *As funcionalidades dos conectivos em português: um estudo sintático-semântico*. Curitiba: Appris, 2012.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *O texto argumentativo*. São Paulo: Scipione, 1994.

SILVA, Soeli Schreiber da. *Argumentação e polifonia na linguagem*. São Paulo: Unicamp, 1991.

DIJK, Teun A. van. Opiniões e ideologias em Editoriais. In: *Simpósio Internacional 4 de Análise Crítica do Discurso, Linguagem, Vida Social e Pensamento Crítico*, Atenas, 14-16 dezembro de 1995.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. São Paulo: Pontes, 1987.

_____; ANSCOMBRE, Jean-Claude. *L'argumentation dans la langue*. Bruxelles: Pierre Mardaga, 1983.

ECO, Umberto. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e argumentação: um estudo das conjunções do português*. Campinas: Pontes, 1987.

HANKS, Willian F. *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdier e Bakhtin*. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Léxico e semântica*. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

KOCH, Ingedore Villaça. *As tramas do texto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008a.

_____. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 2008b.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Linguística de texto: o que é e como se faz?* São Paulo: Parábola, 2012.

PERELMAN, Chaim. Argumentação. In: AAVV, *Enciclopédia Einaudi*, vol. 11. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, p. 234-236.